

Bird não vai intermediar a recompra das dívidas

CORREIO BRAZILIENSE 78 SET 1980

Washington — O presidente do Banco Mundial, Barber Conable, declarou que não se opõe à idéia de permitir que os países em desenvolvimento comprem parte de sua dívida com desconto, embora duvide que sua instituição possa servir como intermediário, ou mesmo que se trate de um plano capaz de ser executado com êxito.

As declarações de Conable dão novo impulso à proposta do Brasil de substituir parte de sua dívida pela emissão de bônus, com um desconto que poderia chegar a até 30 por cento.

Conable não descartou a possibilidade de o Banco Mundial ajudar na criação de um sistema que ajude a pôr em prática a iniciativa brasileira, o que contribuiria para aliviar a carga da dívida do Terceiro Mundo, que já ultrapassa a casa do trilhão de dólares.

Disse Conable aos jornalistas: "Estamos sempre dispostos a considerar planos inovadores que injetem mais dinheiro no processo H".

Mas ao lhe perguntarem se isso incluía a idéia brasileira de comprar a dívida com desconto, disse que o plano oferecia problemas, uma vez que "o difícil é criar um esquema que permita que tais descontos sejam transferidos aos países devedores e

que esse processo tenha continuidade e não seja um ato único".

"O esquema tem que ser estruturado de maneira que possa recuperar fundos, a fim de poder continuar", acrescentou. "Estamos muito ansiosos para estimular o desenvolvimento de mercados adicionais e instrumentos inovadores (para o investimento e alívio da dívida). Continuaremos a fazer isso, e na realidade, nos planos de reorganização (do banco), vamos contar com uma nova divisão de operações que trabalhará com esses planos".

A proposta do Brasil, que desde fevereiro suspendeu o pagamento de juros, refere-se a parte dos 70 bilhões de dólares que o país deve aos bancos comerciais.

Os bancos vêm aumentando seus fundos de reserva para créditos incobráveis, pensando principalmente no caso do Brasil. A iniciativa partiu do Citibank, em maio, que reservou 3 bilhões de dólares para esse fim. Nesse meio tempo algumas instituições passaram a oferecer a dívida brasileira no mercado secundário a 55 por cento de seu valor.

O Brasil chamou a atenção para essa realidade e seu ministro da Fazenda, Luiz Carlos

Bresser Pereira, lançou a idéia de substituir cerca de 35 bilhões de dólares da dívida por títulos a longo prazo — uns 20 anos ou mais — levando em conta o valor real da dívida no mercado secundário. No entanto, a oposição dos banqueiros e do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, levaram Bresser a arquivar a idéia.

O Brasil auspícia agora um plano voluntário pelo qual os bancos converteriam a dívida, ou parte dela, em "Bônus de saída", assim chamados por permitirem que uma instituição os venda e saia do esquema de empréstimos e refinanciamentos.

Conable anunciou que não se opõe à conversão da dívida em papéis de valores diferentes, uma vez que isso já está ocorrendo. Assinalou que o Chile já reduziu sua dívida em 1,6 bilhão de dólares mediante o processo de capitalização do débito.

Acrescentou que se houver participação do Banco Mundial, quer assegurar-se primeiro de que esse alívio não irá depender de "truques ou manobras financeiras".

As nações devedoras não terão muitos benefícios se não puderem receber esse desconto, observou.

Fazenda ignora proposta dos credores

O Ministério da Fazenda desconhece a proposta que os bancos credores estariam fazendo, segundo o qual o Brasil poderia reescalonar os 4,3 bilhões de dólares de juros devidos este ano desde que aceite assumir o compromisso de pagar integralmente os juros referentes a 1988, retornando ao modelo tradicional de renegociação baseada na rolagem apenas das amortizações da dívida externa.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, manteve ontem novas reuniões com seus assessores para detalhamento da proposta que o presidente do Banco

Central, Fernando Milliet, e o assessor para renegociação da dívida externa, Fernando Bracher, apresentarão ao Comitê de Bancos Credores no próximo dia 25, em Nova Iorque.

Dependendo da reunião do Conselho Monetário Nacional inicialmente prevista para a próxima terça-feira, quando a idéia da conversão de parte da dívida externa em investimentos poderá entrar em pauta, a proposta brasileira seria ampliada em seus aspectos não-tradicionais para incluir esta alternativa. Quanto aos juros do próximo ano, a idéia até agora é aceitar o pagamento somente

da metade do total estimado, o que representaria cerca de 7,2 bilhões de dólares.

A intenção do governo é não permitir de forma alguma que a proposta brasileira venha a vazar para a imprensa antes de sua apresentação ao Comitê de Bancos Credores. "Gato escaldado tem medo de água fria" — disse ontem um assessor do ministro Bresser Pereira, justificando o segredo em torno da proposta para não incorrer novamente nas repercussões negativas que surgiram há poucos dias, após o encontro com o secretário norte-americano do Tesouro, James Baker III.